

Incertezas agora não são tantas

Não foi como na véspera da divulgação do Plano Cruzado, a 28 de fevereiro. Mas, também, não foi como outro qualquer o dia ontem, início de uma semana que promete ser movimentada na área econômica. Ontem, ao contrário de fevereiro, não reinava tantas incertezas, muito embora também não predominassem certezas absolutas.

Entre os empresários, era tido como certo a definição do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, bem como sobre gasolina e álcool. Sobre gasolina e álcool, aliás, pairava algumas dúvidas sobre a forma como o governo deverá aplicar essa medida. Alguns revelavam que a Petrobrás estaria resistindo ao máximo, alegando, para isto, que seria muito difícil, praticamente impossível

mesmo, administrar um sistema de cupons para o abastecimento de uma frota de 10 milhões de automóveis no país. Mas o resgate da idéia das "simonetas", pensada pelo então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em 1977, não estava descartada.

O compulsório sobre gasolina e álcool, aliás, era uma das poucas questões tidas pelos empresários cariocas como praticamente certas no pacote que o presidente José Sarney deverá anunciar ainda esta semana, antes de sua viagem à Argentina. Mais certo até que o empréstimo sobre o consumo de energia elétrica. Segundo um desses empresários, há pelo menos 15 dias a equipe de economistas que elabora o elenco de medidas de ajuste do Plano Cruzado já havia se decidido por essa via. E naquela

altura ainda não havia qualquer cogitação de estabelecer um empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica. Isso, apesar da assinatura recente de um empréstimo do Banco Mundial para o setor elétrico. E, como se sabe, embora o Banco Mundial não condicione a liberação desses empréstimos, ele exige uma política sadia de tarifas e, portanto, o aumento da cobrança do fornecimento de energia.

De acordo com outra versão, o grupo de economistas que assessorava o governo para a elaboração das medidas de ajustes ao Plano Cruzado já teria descartado a instituição de uma contribuição extra sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para

assalariados com renda acima de 20 salários mínimos. "Não seria uma medida sensata num ano eleitoral, em que o governo precisa de bases políticas sólidas".

No círculo de economistas assessores dos ministros João Sayad e Dilson Funaro o silêncio continuava intransponível. Um dos pais do Cruzado disse que as notícias da imprensa estavam sendo dirigidas para uma direção contrária a que será seguida pelo Plano de Metas. "Não tem nada de compulsório, não tem nada definido", arrematou. Para ele, o que existe são sugestões que serão encaminhadas hoje ao presidente da República que fazem parte do Plano de Metas. "O resto é terrorismo", disse o economista.